



Teoria Geral do Direito Civil
I.º ano Noite, 7 de Janeiro de 2022

Tópicos de correcção

1. Pronuncie-se quanto à procedência do pedido de Carlos. Tenha em atenção os argumentos de António (4 valores)

1.1. O aluno deve evidenciar a condição de emancipado de António em consequência do casamento que pode celebrar por não ter idade inferior a 16 anos, nem demência notória (art. 1601, a) e b)). Ainda que, quanto aos bens que leve para o casamento ou que adquira posteriormente, até perfazer os 18 anos, a título gratuito, António se encontre sujeito ao regime consagrado no art. 1649.º. Deve ser claro, da resposta, que António não continua a ser considerado menor. Apenas se lhe aplica, relativamente aos mencionados bens (e não a todos) o regime da administração pelo seu pai.

1.2. O aluno deve analisar a legitimidade de Carlos para solicitar o acompanhamento de António.

1.2.1. Carlos não solicitou o consentimento de António ou o suprimento desse consentimento porque não sabia que António estava emancipado e, sendo António menor, o acompanhamento poderia ser requerido e instaurado dentro do ano anterior à maioridade (art. 142.º), para produzir efeitos a partir desta data.

1.2.2. O aluno deve analisar as consequências da emancipação relativamente à capacidade de António para autorizar o pedido de acompanhamento. Deve ser considerado, em particular, que o pedido de Carlos inclui quer matéria patrimonial (representação geral), quer matéria pessoal (não afectada pela irregularidade do casamento), e que a maioridade acompanhada, a ser decretada, apenas produzirá efeitos depois de António já não estar sujeito às limitações previstas no art. 1649.º, ou seja, quando atingir a maioridade.

1.2.3. O aluno deve apresentar uma conclusão quanto à necessidade de autorização de António ou suprimento dessa autorização. A resposta considerada mais



Teoria Geral do Direito Civil
I.º ano Noite, 7 de Janeiro de 2022

correcta é a de que é necessária a autorização do António (ou o respectivo suprimimento).

- 1.3. O aluno deve aplicar ao caso o disposto no art. 140.º, n.º 2, e concluir acerca da necessidade do acompanhamento. É valorizada a resposta em que seja feita a ligação deste artigo com o disposto no art. 138.º e com a interpretação do preceito como respeitando à *capacidade de exercício* e não às opções de vida das pessoas.
- 1.4. O aluno deve problematizar a adequação das medidas solicitadas, à luz do disposto no art. 145.º, n.º 1.
- 1.5. É valorizada a resposta em que o aluno se pronuncie sobre a constitucionalidade da privação da capacidade de gozo de casar e de testar (Cf. artigos 2189.º, b) e 1601.º, b), 2.ª parte; e artigo 18.º, n.º 3, da CRP).

2. Aprecie a validade do negócio de compra do telemóvel. E admitindo que o negócio é válido e que António deixa de pagar a prestação, pronuncie-se sobre os direitos do vendedor? (3 valores)

- 2.1. Deve ser claro da resposta que o aluno não aplica ao António o regime da menoridade (art. 129.º, 2.ª parte).
- 2.2. O aluno deve concluir pela validade do negócio de compra do telemóvel: António não está a dispor a administrar bens que levou para o casamento.
- 2.3. Quanto ao pagamento do preço, atendendo a que António apenas terá de pagar 20€ por mês, é natural que consiga cumprir respeitando o disposto no art. 1649.º.
- 2.4. O vendedor continua a ter direito ao pagamento, mas não poderá recorrer aos bens que o menor tenha levado para o casamento ou adquirido gratuitamente antes de atingir os 18 anos para garantir o seu crédito ou obter o pagamento (art. 1649.º, n.º 2).
- 2.5. Não há elementos no enunciado para, por aplicação do disposto no art. 257.º, entender que o negócio de compra do telemóvel estaria viciado de incapacidade incidental.



Teoria Geral do Direito Civil
I.º ano Noite, 7 de Janeiro de 2022
II

3. Quais os direitos de Gabriel relativamente a Helena e a Ismael? (4 valores)

- 3.1. O aluno deve identificar o contrato celebrado como um mandato com poderes de representação (ou uma procuração, em que o negócio base é um mandato);
- 3.2. O aluno deve concluir que a compra e venda é válida e eficaz perante Gabriel.
- 3.3. O aluno deve identificar o abuso de representação (art. 269.º) e, aplicando o respectivo regime, concluir que Gabriel nada pode fazer relativamente a Ismael (não há elementos no enunciado para se entender que Ismael sabia ou devia saber do abuso).
- 3.4. O aluno deve identificar a violação da relação de base (mandato) e concluir que Helena será responsável contratualmente perante Gabriel (não é necessário aplicar o regime do não cumprimento. Apenas identificar esse universo como a sede da solução do conflito entre Gabriel e Helena).

III

4. Defina *pessoa colectiva* e comente a seguinte frase recorrendo a artigos do Código Civil que considere pertinentes: “*As sociedades civis, ao contrário das associações, não dispõem de autonomia patrimonial perfeita*”. (3 valores)

- 4.1. O aluno deve apresentar a definição de pessoa colectiva.
- 4.2. O aluno deve demonstrar que a frase é correcta. A demonstração da correcção da frase deve ser feita com recurso a disposições legais das sociedades civis (artigos 997.º e 998.º).

5. Distinga *direito subjectivo de protecção indirecta*, e comente a seguinte frase: “*Quer a violação culposa de direitos subjectivos quer a violação culposa de protecções indirectas conferem direito a uma indemnização*”. (3 valores)



Teoria Geral do Direito Civil
I.º ano Noite, 7 de Janeiro de 2022

- 5.1. O aluno deve distinguir direito subjectivo de protecção indirecta (explicita-se: *distinguir* e não *definir* um e outra).
- 5.2. O aluno deve demonstrar a presença das *protecções indirectas* no art. 483.º, n.º 1, do Código Civil e, portanto, o acerto da frase.
- 6. Doroteia é menor e comprou uma bicicleta contra a vontade de seus pais. A corrente da bicicleta estragou-se e Doroteia mandou colocar uma nova, que lhe custou 25€ (a corrente e a colocação). Duas semanas depois, os pais de Doroteia anularam o negócio de compra da bicicleta. Doroteia tem de entregar a bicicleta com a corrente? Pode reclamar os 25€ que gastou? (3 valores)**
- 6.1. O aluno deve identificar a mudança da corrente da bicicleta como uma benfeitoria necessária.
- 6.2. O aluno deve aplicar ao caso o regime das benfeitorias necessárias realizadas pelo possuidor de má fé (Doroteia actuou contra a vontade de seus pais e, em qualquer caso, é pouco provável desconhecer que, atenta a sua menoridade, não pode comprar bicicletas).